

**A Modernização da Superfície:  
Estado e Desenvolvimento na  
Amazônia.**

Daniel Chaves de Brito.

Belém, UFPA/NAEA/PDTU, 266 p.,  
2001.

**TÂNIA GUIMARÃES RIBEIRO\***

O livro de Daniel Chaves de Brito se insere na atualíssima discussão em torno da probabilidade e pertinência da continuidade do Planejamento do Desenvolvimento, entronizado pelas Teorias do Desenvolvimento de meados do século XX até a década de 70 como crucial para superação do subdesenvolvimento econômico. Tal discussão, nesta virada de século, ganha ares de um novo paradigma, uma vez que o debate contesta, além dos efeitos não-intencionados dos projetos desenvolvimentistas, também as bases teóricas de sustentação de tais idéias, ou seja, a promessa de emancipação material e espiritual pela crescente racionalização.

Assim, a este cenário hoje cada vez mais entendido pela própria ciência como fugidio e pleno de fenômenos não-lineares e também vivenciado com os temores advindos do obscurantismo natural que atemorizavam o Homem pré-moderno, adiciona-se a incerteza e até mesmo o perigo embutidos nos artefatos criados pelo *homo faber*. Ou seja, contradições aviltantes de um projeto maior, o da própria modernidade, que obriga a pensar a razão técnica como processos racionalizantes que, no caso específico do

Brasil e da Amazônia, conforme defende Daniel Brito, opera somente na superfície, criando tensões ainda maiores, sentidas cotidianamente por estas populações.

É no sentido de revelar as encruzilhadas desta **modernização da superfície** que o autor em sua tese de doutoramento, que dá origem a este livro, retoma o cenário da Amazônia discutindo o desenvolvimento pelo qual passou a sociedade brasileira durante o século XX, para impulsionar a modernização de suas estruturas, e mais particularmente, as estruturas econômicas, através de uma política conduzida pelo Estado. No entanto, fato marcante é o entendimento de que as transformações indicam que as diversas esferas sociais não foram atingidas igualmente pelos princípios organizadores da sociedade moderna, resultando na superficialidade da modernização promovida pelo desenvolvimentismo brasileiro.

Por este caminho, Daniel Brito analisa o Estado e a política de desenvolvimento que se conformou no Brasil, trabalhando com a noção de **modernização paradoxal** caracterizada pela mudança do eixo de acumulação implementada pós-30, que se voltou para a produção industrial e exigiu a reformulação e fortalecimento das estruturas estatais, conformando, assim, um núcleo de domínio autoritário que se torna hegemônico durante o regime militar na década de 60 do século passado. O resultado deste processo levou o autor a entender que a modernização se edificou como um elemento paradoxal, na medida em que, quanto ao aspecto econômico, não foi capaz de integrar todos os fatores-chave de uma sociedade ajustada pelo modelo fordista. Já no âmbito da estrutura político-administrativa, a

\* Mestre em Sociologia pelo CFCH/UFPA e Profa. do Departamento de Sociologia do CFCH/UFPA.

eficiência da organização burocrático-racional ficou limitada a alguns núcleos dentro da estrutura do Estado, enquanto que no restante prevalece a relação clientelista.

A partir desta constatação, o autor passa a tratar da especificidade deste processo de modernização na Amazônia, que se integra na discussão sobre o problema do desenvolvimento de regiões que permanecem à margem do esforço de modernização. Ele constata o fato de que o processo de industrialização brasileira não gerou somente uma falta de integração entre os elementos organizacionais e uma estrutura de ação social moderna mas, também, fez surgir um abismo social e econômico entre as regiões a partir da concentração dos setores mais dinâmicos da economia. Com base nessa idéia, o autor apresenta uma reflexão sobre a formação da ordem política brasileira e sua inserção no processo de racionalização crescente, que marca o desdobramento da sociedade moderna, focalizando, a partir de então, o surgimento da estrutura estatal desenvolvimentista e sua atuação na Amazônia. Ele parte, desse modo, de três momentos: do surgimento da Política de Valorização, abordando a formação das instituições de planejamento; da reformulação efetuada pela política implementada pelo regime militar, denominada “Operação Amazônia”; e finalizando com a crise do sistema desenvolvimentista e a discussão que envolve a modificação das atuais instituições (SUDAM e BASA) no contexto da reforma do Estado e da perspectiva do desenvolvimento sustentável.